



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 0333508-8

COMARCA: Cabrobó/PE – Vara Única

APELANTE: Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

APELADO: Lígia Bezerra dos Santos

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – PROCESSO CIVIL, DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – PRELIMINAR DE COISA JULGADA REJEITADA – INCABÍVEL – PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO REJEITADA – JUSTIÇA ESTADUAL COMPETENTE EM CAUSAS DE CONSUMO – NEGATIVAÇÃO INDEVIDA – RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA EMPRESA – RISCO INTRÍNSECO À ATIVIDADE DA EMPRESA – DANO MORAL CONFIGURADO – DEVER DE INDENIZAR – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS CONFIGURADOS – QUANTUM INDENIZATÓRIO BEM AQUILATADO – RESPEITADOS OS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE – APLICAÇÃO DA TAXA SELIC – EXCLUSÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA PARA QUE NÃO SE CONFIGURE *BIS IN IDEM* – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO – DECISÃO POR MAIORIA DOS VOTOS.

1. Para haver a coisa julgada as ações devem ser idênticas, apresentando as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido. Assim não sendo, não há que se falar em identidade de ações, menos ainda em coisa julgada.
2. A Justiça Estadual é a natural para julgar as relações de consumo, incluindo-se, as ações de serviços prestados por concessionárias aos consumidores.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

3. Demonstrada a negligência e culpa do Banco ou Empresa, que negativou o nome da parte, configurado está o dano moral. Nesse contexto, cabe ao causador do dano demonstrar ou comprovar a existência de fatos impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do Autor.

4. É pacífico o entendimento da Jurisprudência, de que em casos de negativação indevida do nome dos consumidores em órgãos de proteção ao crédito, o dano moral é presumido. Ao tempo em que, também se encontra consolidada que a indenização por danos morais não deve implicar em enriquecimento ilícito, tampouco pode ser irrisória, de forma a perder seu caráter de justa composição e prevenção, devendo, no presente caso, o *quantum* arbitrado de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ser mantido.

5. Aplicação da taxa SELIC para atualização dos juros moratórios. Exclusão da correção monetária para que não se configure *biis in idem*.

6. Recurso parcialmente provido. Decisão por maioria dos votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados, discutidos e votados os presentes autos do recurso de Apelação nº 03335808-8; Acordam os Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por maioria dos votos, em dar parcial provimento ao recurso, tudo nos termos do voto do Relator e notas taquigráficas acaso existentes, que ficam fazendo parte integrante deste aresto.

Recife, 24 de SETEMBRO de 2014.

Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto



216

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 0333508-8

COMARCA: Cabrobó/PE – Vara Única

APELANTE: Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

APELADO: Lígia Bezerra dos Santos

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

RELATÓRIO

RECURSO:

- Trata-se de Apelação Cível (fls. 153/178) interposta por Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, nos autos da Ação Declaratória de Nulidade de Débito c/c Indenização por Danos Morais nº 0000480-37.2012.8.17.0380, tendo como autora Lígia Bezerra dos Santos, ora Apelada.

SENTENÇA DE 1º GRAU:

-Dispositivo sentencial constante à fl.152, *ipsis litteris*:

“(…)ISTO POSTO, julgo procedente em parte para condenar concessionária ré a indenizar a autora na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais, tão somente, sobre o qual deverá incidir juros moratórios no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a contar da data da inscrição indevida (Súmula 54 do STJ); correção monetária pelo INPC, e juros legais de 1% (um por cento) ao mês ambos a contar da prolação da sentença (STJ- EDCL no RESP 615939; art. 1º e § 3º do Decreto nº 22.626/33). Condeno, outrossim, a ré ao pagamento das custas processuais, bem como dos honorários



217

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

advocatícios fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação. O não pagamento do valor condenatório, em 15 (quinze) dias, importará em multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da condenação, nos termos do art. 475-J do CPC. (...)”

FUNDAMENTOS DA APELAÇÃO: (fls. 153/178)

- Em seu Apelo, a Apelante aduz preliminarmente a ocorrência do instituto da coisa julgada e a incompetência absoluta do Juízo Estadual para julgar o feito.
- Afirma não ter realizado cobranças indevidas, que forneceu serviço sem receber contraprestação e que o arbitramento dos danos morais teriam sido exorbitantes.
- Pugna, ao final, pela reforma do julgado em todos os seus termos, indeferindo os danos morais e, caso assim não entenda, que se reduza o valor dos danos morais arbitrados e se aplique a Taxa SELIC para atualização dos juros moratórios.

CONTRARRAZÕES:

- A Apelada ofereceu Contrarrazões à Apelação (fls. 181/203), declarando não haver coisa julgada, por não existir identidade de ações.
- Assevera que não há qualquer demonstração de legitimidade das cobranças e das negativas da recorrida
- Requer o improvimento do apelo e manutenção da r. sentença monocrática.

Em virtude de o valor da condenação não ultrapassar a importância de 60 (sessenta) salários mínimos, tampouco envolver a



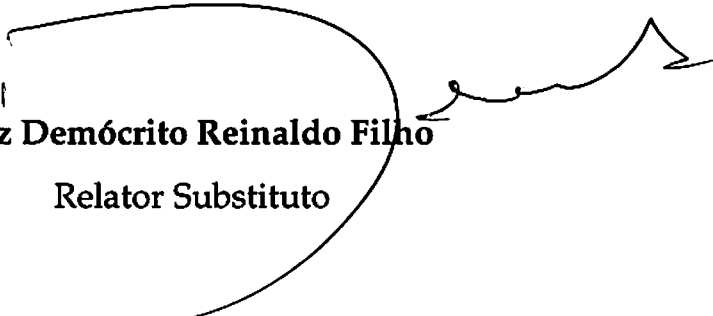
218/

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

questão em lide matéria de alta indagação, por aplicação analógica do art. 551, §3º do CPC, referendado pelo art. 76, Parágrafo Único, do RITJPE, fica dispensada a remessa dos autos ao revisor, ocasião em que peço pauta.

É o Relatório.

Recife, 20 de Agosto de 2014.


Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto



219

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 0333508-8

COMARCA: Cabrobó/PE – Vara Única

APELANTE: Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

APELADO: Lígia Bezerra dos Santos

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

VOTO PRELIMINAR (I)

Da coisa julgada

Alega a Apelante que, no presente caso, incide o instituto da coisa julgada, tendo o Ministério Público Federal proposto Ação Civil Pública com Pedido de Antecipação de Tutela, com o fito de apurar eventual suspensão do fornecimento de energia elétrica, por parte da CELPE, na comunidade indígena Truká, localizada na Ilha de Assunção, Município de Cabrobó – PE.

Afirma que o MPF pugnou, no mérito, pela (I) condenação da CELPE a proceder com a instalação e manutenção de toda rede elétrica na ilha; (II) notificação da FUNAI e da União para interagirem no feito; (III) declaração de inexistência de qualquer débito dos silvícolas; e (IV) inversão do ônus da prova.



220

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Ocorre que tal tese não merece prosperar, posto não haver entre a ação em epígrafe e a ação proposta pelo MPF identidade entre as partes e tampouco a mesma causa de pedir. Necessário salientar, que para haver a coisa julgada as ações devem ser idênticas, conforme a especificação do nosso Código de Processo Civil, descrita a seguir:

Art. 301. (...)

§ 2º Uma ação é idêntica à outra quando tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido. (Grifo Nosso)

Desta forma, verifica-se a inadequação das assertivas da Apelante, visto que a ação interposta pela Apelada discute a negativação indevida de seu nome, perante os cadastros restritivos de crédito, tendo como causa de pedir a decretação da nulidade do débito cobrado e a indenização pelos danos morais sofridos.

Saliente-se que a Apelada não integrou qualquer polo da ação proposta pelo MPF, não tendo feito parte da mesma em momento algum.

Face ao exposto, **rejeito a dita preliminar.**

É como Voto.

Recife, 10 de SETEMBRO de 2014.

Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto



221

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 0333508-8

COMARCA: Cabrobó/PE – Vara Única

APELANTE: Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

APELADO: Lígia Bezerra dos Santos

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

VOTO PRELIMINAR (II)

Da incompetência absoluta do Juízo

Assevera a Apelante a incompetência absoluta da Justiça Estadual para processamento do feito, por se tratar de demanda envolvendo indígena. Aduz ainda, que esta ação é de interesse do Ministério Público Federal e da FUNAI, devendo MPF intervir em todo e qualquer feito que trate de matéria indígena.

Acontece que a demanda em tela diz respeito a ação sobre serviços prestados por concessionária ao consumidor, sendo natural para esta causa a Justiça Estadual, especialmente por se tratar de direito individual da parte, não atingindo direitos indígenas e, portanto, afastando os interesses da FUNAI da lide, bem como prescindindo da atuação/intervenção do MPF no caso.



222/

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Face ao exposto, rejeito a dita preliminar.

É como Voto.

Recife, 10 de SETEMBRO de 2014.



Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto



223/

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 0333508-8

COMARCA: Cabrobó/PE – Vara Única

APELANTE: Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

APELADO: Lígia Bezerra dos Santos

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

VOTO DE MÉRITO

Conheço do recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

Cinge-se a controvérsia acerca da possibilidade de indenização por danos morais, decorrente de inscrição indevida do nome da parte Apelada nos cadastros restritivos de crédito, por ocasião de cobranças de faturas duas vezes ao mês.

De início, é preciso salientar que a presente lide versa sobre o direito do consumidor, por este motivo, devem ser aplicadas todas as disposições da legislação consumerista, em especial o art 6º, VIII, do CDC, que dispõe sobre a inversão do ônus da prova nos casos em que verossímil a alegação ou quando o consumidor for hipossuficiente, como no presente caso.



224

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Deve-se ressaltar, que tratando-se de relação de consumo, a responsabilidade da Recorrente é objetiva nos termos do art. 14 do CDC, restando à parte Recorrida tão somente a prova da existência do fato, do dano e do nexo causal, competindo à Apelante, por outro lado, demonstrar que não houve o defeito/culpa na prestação do serviço, e que a culpa foi exclusivamente da parte Apelada ou de terceiro (§ 3º, inc II do art. 14).

A Apelada declara que a CELPE firmou acordo com ela e outros indígenas, na localidade em que vive, ficando estabelecido que após a finalização da obra, ou seja, ligação e individualização para o fornecimento de energia elétrica, a Apelante começaria a emitir faturas.

A Apelante, por sua vez, sustenta que finalizou a obra, forneceu energia elétrica e foi impedida de fazer a leitura de seus medidores, para efetuar as cobranças devidas.

Compulsando os autos, verifico que a Apelante não apresenta provas acerca da inadimplência da Apelada, sequer acostando cópias das faturas que assegura ter emitido. Desta não forma, não enxergo legitimidade nos seus atos, quanto à inscrição daquela nos cadastros de maus pagadores. Nesse espeque, o CPC prevê, em seu art. 333:

Art. 333- O ônus da prova incumbe:

I – ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. (Grifo nosso)



225.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Logo não há prova que sirva para justificar a negativação do nome da Apelada nos órgãos restritivos de crédito.

Reforça-se, que não se extraiu nenhuma prova dos autos, que demonstrasse que Apelada encontrava-se em débito com a Apelante e que ensejassem a negativação do nome daquela. Verificando-se então abusiva a anotação do nome da Recorrida nos cadastros de proteção ao crédito.

Outrossim, não há que se falar em ausência de ilicitude ou nexo causal entre a conduta da Recorrente e o dano experimentado pela parte Autora, visto que a negativação de seu o nome somente ocorreu, repita-se, porque a Apelante não se cercou de todas as medidas de segurança necessárias à devida manutenção do contrato firmado.

Nesse sentido, colhem-se da Jurisprudência do STJ, acerca da presunção do dano moral, daquele que indevidamente põe o nome do consumidor em cadastro restritivo ao crédito, *in verbis*:

"Esta Corte tem como pacificado o entendimento no sentido de que o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pelos autores, que se permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito a ressarcimento."

(STJ, 4a. Turma, REsp nº. 720.996/PB, Relator Ministro Jorge Scartezzini, DJ 06.03.2006). (Grifo Nosso)

"AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL. IN RE IPSA. FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO. SÚMULA N. 7/STJ.



226

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

1. Em caso de inscrição indevida em cadastros de inadimplentes, o dano moral configura-se *in re ipsa*. Precedentes do STJ.
 2. É inviável o reexame das questões fático-probatórias que ensejaram indenização por danos morais. Incidência da Súmula n. 7 do STJ.
 3. Em sede de recurso especial, a revisão do quantum indenizatório fixado pelo Tribunal de origem a título de danos morais apenas é viável quando o valor arbitrado seja exorbitante ou irrisório.
 4. Agravo regimental desprovido.”
- (AgRg no AREsp 142.033/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/10/2013, DJe 29/10/2013). (Grifo Nosso)

Insta ressaltar-se que, incidindo as regras protetivas do Código de Defesa do Consumidor, cabe ao prestador de serviço o ônus de demonstrar a inexistência de sua culpa, ou que a negligência foi provocada pelo consumidor e/ou terceiro.

Assim, sem dúvida restaram configurados os elementos previstos no artigo 186 do novo Código Civil, que dispõe: *“Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.”*

Da leitura do supracitado artigo, verifica-se a existência de três elementos indispensáveis à configuração da obrigação de indenizar por ato ilícito que, no dizer de Caio Mário da Silva Pereira, constituem-se:

“a) em primeiro lugar, a verificação de uma conduta antijurídica, que abrange comportamento contrário a direito, por comissão ou por omissão, sem necessidade de indagar se houve ou não o propósito de malfazer;



227

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

b) em segundo lugar, a existência de um dano, tomada a expressão no sentido de lesão a um bem jurídico, seja este de ordem material ou imaterial, de natureza patrimonial ou não patrimonial;

c) e em terceiro lugar, o estabelecimento de um nexo de causalidade entre um e outro, de forma a precisar-se que o dano decorre da conduta antijurídica, ou, em termos negativos, que sem a verificação do comportamento contrário a direito não teria havido o atentado ao bem jurídico."

(in: "Instituições de Direito Civil", v. I, Introdução ao Direito Civil. Teoria Geral do Direito Civil, Rio de Janeiro: Forense. 2004. p.661).

É de salientar-se que, as empresas estão cientes dos riscos inerentes às suas atividades, devendo cercar-se dos cuidados necessários e responder pelas falhas e prejuízos causados a outrem.

Assim, presente o liame de causalidade entre a conduta da parte Ré/Apelante e o dano suportado pela parte Autora/Apelada é passível a definição da responsabilidade de indenização por dano moral. Neste caso, assegurado está o direito dessa, ao recebimento de indenização pelos danos ocasionados, nos termos do art. 5º, X, da Constituição Federal, art. 186 do Código Civil e art. 6º, VI do Código de Defesa do Consumidor.

Este é o entendimento dos nossos Egrégios Tribunais de Justiça, *in verbis*:

"INDENIZAÇÃO - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA - DANO MORAL PRESUMIDO - FATO NEGATIVO - ÔNUS DA PROVA - MONTANTE INDENIZATÓRIO - RAZOABILIDADE E PORCIONALIDADE.



228

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

- Alegando a parte autora inexistência de débito justificador da inclusão de seu nome em serviço de proteção ao crédito compete ao réu, por se tratar de fato negativo, demonstrar a existência do negócio jurídico e do inadimplemento.

- Desnecessária a prova do reflexo patrimonial do prejuízo sofrido, a título de dano moral, pois este representa puro sofrimento humano, resultante da lesão de direitos da personalidade, sendo evidentes os constrangimentos advindos da negativação indevida em órgãos de proteção ao crédito.

- Compete ao julgador estipular equitativamente o quantum da indenização por dano moral, segundo o seu prudente arbítrio, analisando as circunstâncias do caso concreto e obedecendo aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO."

(AC n.º 1.0209.09.096939-2/001(1), Numeração Única: 0969392-08.2009.8.13.0209, Relator: Des.(a) José Antônio Braga do TJMG, Data do Julgamento: 21/06/2011, Data da Publicação: 04/07/2011). (Grifo Nosso)

"AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PROVA DO DÉBITO INSCRITO - INSCRIÇÃO INDEVIDA NO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - DANO MORAL - DEVER DE INDENIZAR - VALORAÇÃO DO DANO - RAZOABILIDADE.

A inscrição indevida do nome do consumidor junto aos cadastros de proteção ao crédito, decorrente de dívida inexistente, enseja a indenização por danos morais. A suposta dívida deve ser comprovada pelo credor. É ônus do réu a prova dos fatos extintivos do direito do autor (inciso II do artigo 333 do CPC). Ao fixar valor da indenização deve-se ter em conta as condições do ofendido, do ofensor e do bem jurídico lesado. A



229

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

indenização deve proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, sem enriquecimento sem causa, produzindo no causador do mal impacto suficiente para dissuadi-lo de igual e semelhante atentado. Recurso não provido."

(AC n.º 1.0145.09.565298-1/001(1), Numeração Única: 5652981-70.2009.8.13.0145, Relator: Des.(a) Cabral da Silva do TJMG, Data do Julgamento: 13/09/2011, Data da Publicação: 23/09/2011). (Grifos Nossos)

No que diz respeito à fixação do *quantum* indenizatório, segundo a melhor doutrina e reiterada Jurisprudência, compete ao Julgador levar em consideração a gravidade objetiva do dano, a personalidade da vítima, considerando-se sua situação sócio-econômico-financeira, sua reputação, a gravidade da falta e as condições do Autor do ilícito. Ou seja, a fixação da indenização deve ser arbitrada de modo que venha amenizar a angústia e o sofrimento experimentado pela parte ofendida.

Nesse sentido, cumpre reforçar, que o dano moral constitui prejuízo decorrente da dor imputada à pessoa, em razão de atos cujas consequências ofendem, indevidamente, seus sentimentos, provocando constrangimento, tristeza, mágoa ou atribulações na esfera interna pertinente à sensibilidade moral, definindo-o José Eduardo Callegari Cenci, inspirado em Wilson Melo da Silva:

"(...) Na conformidade desta doutrina, o dano moral teria como pressuposto ontológico a dor, vale dizer, o sofrimento moral ou mesmo físico inferido à vítima por atos ilícitos, em face de dadas circunstâncias (...).



230

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Dano moral é, em síntese, o sofrimento experimentado por alguém, no corpo ou no espírito, ocasionado por outrem, direta ou indiretamente derivado de ato ilícito."

(in 'Considerações sobre o Dano Moral e sua Reparação', RT 683/46).

Desta forma, os critérios, a fim de estipular o montante indenizatório por dano moral, são de ordem subjetiva e objetiva, não devendo representar enriquecimento injustificado do ofendido e limitado à capacidade econômica do ofensor, sempre atendendo ao caráter inibitório e punitivo para este e de reparação e compensação daquele.

Neste ponto, à vista da inexistência de parâmetros legais, o julgador deve observar os princípios da proporcionalidade e razoabilidade (REsp 797.836/MG, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, j. 02.05.2006).

Outrossim, deve atentar para a natureza jurídica da indenização, que deve constituir uma pena ao causador do dano e, concomitantemente, compensação ao lesado, além de cumprir seu cunho pedagógico sem caracterizar enriquecimento ilícito.

Nesse diapasão, imperioso transcrever a doutrina de Maria Helena Diniz e Rui Stoco, senão vejamos:

"A reparação pecuniária do dano moral é um misto de pena e satisfação compensatória. (...). Penal, constituindo uma sanção imposta ao ofensor. (...). Satisfatória ou compensatória, (...) a reparação pecuniária visa proporcionar ao prejudicado uma satisfação que atenua a ofensa causada."

(DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. 16ª ed., São Paulo: Saraiva, 2002, p. 94, V. 7).



231

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

"Segundo nosso entendimento a indenização da dor moral, sem descurar desses critérios e circunstâncias que o caso concreto exigir, há de buscar, como regra, duplo objetivo: caráter compensatório e função punitiva da sanção (prevenção e repressão), ou seja: a) condenar o agente causador do dano ao pagamento de certa importância em dinheiro, de modo a puni-lo e desestimulá-lo da prática futura de atos semelhantes; b) compensar a vítima com uma importância mais ou menos aleatória, em valor fixo e pago de uma só vez, pela perda que se mostrar irreparável, ou pela dor e humilhação impostas."

(STOCO, Rui. Tratado de Responsabilidade Civil, 6ª ed., São Paulo: RT, 2004, p. 1709.).

Assim sendo, levando-se em consideração todos os parâmetros, especialmente as circunstâncias do fato, as condições econômico-financeiras das partes, a gravidade objetiva do dano e a extensão de seu efeito lesivo, aliados à necessidade de se fixar uma indenização que não constitua enriquecimento da parte Apelada, considero que a fixação no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), a título de indenização por danos morais, foi excessiva, devendo a mesma ser reduzida para o montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Nesse espeque, a jurisprudência já se posicionou:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL- APELAÇÃO- AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS- ACIDENTE DE VEÍCULO- AGRAVO RETIDO- ART. 523 § 1º- REQUERIMENTO PARA APRECIAÇÃO INEXISTENTE- NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO- PRECLUSÃO DA PROVA PRODUZIDA- INOCORRÊNCIA- PRELIMINAR REJEITADA- DANO, NEXO CAUSAL E CONDUTA ANTIJURÍDICA DA APELANTE- COMPROVAÇÃO- DEVER DE INDENIZAR-



232

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

CONFIGURAÇÃO- VALOR DA INDENIZAÇÃO-
ESPECIFICIDADES DO CASO- REDUÇÃO DA
INDENIZAÇÃO MORAL- CABIMENTO- REFORMA
PARCIAL DA SENTENÇA- APELAÇÃO CONHECIDA E
PROVIDA EM PARTE. -Não deve ser conhecido o agravo
retido que não contou com pedido de apreciação em sede de
apelação, conforme comando do art. 523 § 1º do CPC. -A prova
pedida na inicial e reiterada na fase de instrução não se mostra
preclusa, especialmente se necessária e se pode ser
determinada até de ofício. -O empregador responde por
acidente causado por seu preposto em razão da atividade
laborativa. Em se tratando de transportadora, concessionária
de serviço público, a responsabilidade é de natureza objetiva,
sendo necessária a prova do dano e do nexo causal entre ele e a
conduta do empregado. -Demonstrados nos autos que o dano
sofrido pelo autor adveio dos fatos desencadeados pela
conduta do empregado da transportadora, esta é responsável
pela reparação. -O valor da indenização por danos morais
deve ser fixado com razoabilidade e proporcionalidade,
observadas as circunstâncias do caso, sob pena de causar
enriquecimento sem causa, vedado em nosso ordenamento
jurídico. -Apelação conhecida e provida em parte.

(TJ-MG 106720620494380011 MG 1.0672.06.204943-8/001(1),
Relator: MÁRCIA DE PAOLI BALBINO, Data de Julgamento:
09/07/2009, Data de Publicação: 28/07/2009) (Grifos Nossos)

Na sequência, cumpre-me pontuar a questão relativa à incidência dos juros moratórios e da correção monetária.

Nessa senda, ressalte-se que a partir da entrada em vigor do CC/2002, o entendimento jurisprudencial é no sentido de se aplicar a



233/

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

taxa Selic a título de juros moratórios, a qual exclui a aplicação cumulativa de correção monetária, em razão de esta já se encontrar embutida no referido indexador.

A esse respeito segue o entendimento do STJ, *in verbis*:

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONDENAÇÃO POR DANO MORAL. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS. PEDIDOS IMPLÍCITO. TERMO INICIAL E ÍNDICE. ESCLARECIMENTOS OPORTUNOS. IV - A incidência da taxa SELIC a título de juros moratórios, a partir da entrada em vigor do atual Código Civil, em janeiro de 2003, exclui a incidência cumulativa de correção monetária, sob pena de bis in idem. Precedentes. Embargos de Declaração acolhidos. (STJ - EDcl no REsp 1077077 / SP EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL 2008/0158952-9. Relator Ministro SIDNEI BENETI. TERCEIRA TURMA. Julgado em 26/5/2009, publicado em 5/6/2009) (Original sem grifos)

Desta forma, determino que seja aplicada a taxa SELIC como índice de atualização dos juros moratórios. No que concerne ao termo inicial para incidência de juros de mora, em caso de responsabilidade contratual, o STJ já sumulou o seu entendimento:

Súmula nº 362: A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento.

Assim, tratando-se de responsabilidade contratual, como na espécie, e tendo em vista a aplicação da taxa Selic a título de juros, deixa-



234

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

se de aplicar a correção monetária sobre a quantia indenizatória, sob pena de configurar *bis in idem*.

Face ao exposto, dou parcial provimento ao presente recurso, determinando-se a redução da indenização por danos morais para o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e a exclusão da correção monetária e aplicando-se a taxa SELIC para atualização dos juros moratórios, no mais, mantendo-se a decisão singular.

É como Voto.

Recife, 10 de setembro de 2014.

Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto



258

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

QUINTA CÂMARA CÍVEL - 10.09.2014.

APELAÇÃO Nº 333.508-8 - CABROBÓ

APELANTE : COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE

APELADO : LÍGIA BEZERRA DOS SANTOS

RELATOR : DESEMBARGADOR DEMÓCRITO RAMOS REINALDO FILHO

RELATÓRIO ÀS FLS. 216/218 DOS AUTOS.

VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 219/234 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Desembargador, essa ação é porque houve o corte de energia, não é isso? Tanto que resultou numa condenação de R\$ 10.000,00(dez mil reais). E V.Exa. provendo reduz.

DESEMBARGADOR DEMÓCRITO RAMOS REINALDO FILHO (RELATOR)

Para R\$ 5.000,00(cinco mil reais).

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

A Autora/Apelada para corrigir isso ela propôs uma Ação...(interrompido)

DESEMBARGADOR DEMÓCRITO RAMOS REINALDO FILHO (RELATOR)

Individual, uma Ação Declaratória de Nulidade de Débito.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Qual foi o ano da propositura dessa ação?

DESEMBARGADOR DEMÓCRITO RAMOS REINALDO FILHO (RELATOR)

Maio de 2012.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

O meu entendimento, antecipando meu voto, no sentido de manter, negar provimento a Apelação, porque o provimento de V.Exa. apenas diz respeito na redução do valor dos danos morais. Trago a consideração que a parte tem o transtorno não só do corte de energia, que o só fato do corte já gera danos morais, mas também a dificuldade que certamente tem de conseguir um advogado para uma demanda tão pequena, de litigar na justiça, de enfrentar todos esses recursos, tudo isso são transtornos acessórios, vamos dizer assim, ao fato núcleo, ao fato principal, que foi o corte indevido de energia. Em meu voto acho que o patamar fixado pelo Juiz foi razoável e voto negando provimento.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Peço vênica a V.Exa. para acompanhar o Relator.

DECISÃO:

**"POR UNANIMIDADE DE VOTOS FORAM REJEITADAS AS PRELIMINARES.
POR MAIORIA DE VOTOS DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL A APELAÇÃO".**
